

INSERÇÃO NA GRADE CURRICULAR DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Guilherme Martins de SALES¹; Maykon Willian Maciel CRUZ¹; Fernanda Jéssika Leite FREITAS¹

1. Centro Universitário São Lucas Porto Velho

O trabalho visa mostrar que há necessidade de que se tenha conhecimento na área financeira desde a infância. E que o Estado pode ajudar nesse estímulo de conhecimento, incluindo nas grades curriculares de ensino a disciplina “Educação Financeira”. O objetivo deste trabalho é destacar que o quanto antes a criança tiver contato com o assunto tornar-se-á um adulto que possuirá um melhor controle econômico e conseqüentemente terá menos chances de ter seu nome negativado e saberá como investir seu dinheiro. Este resumo é de cunho qualitativo e fará uma análise sobre o porquê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) classificou a educação financeira e a educação para o consumo como habilidades obrigatórias entre os componentes curriculares no ensino básico, em 2018. Utilizamos como base de pesquisa índices publicados pelo Ministério da Educação, dados do SERASA, conversas com especialista da área de economia e reportagens publicadas em sites. Sabendo que “Finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo” (BODIE; MERTON, 2002, p. 32). E que “Educação Financeira trata-se do processo no qual os indivíduos melhoram a sua compreensão em relação ao dinheiro e produtos com informação, formação e orientação” (ENEF). Faz com que este tema seja tão relevante, dizendo respeito aos ensinamentos que serão responsáveis por nortear a administração dos recursos pessoais. Dados da pesquisa S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de ratings e pesquisas da Standard & Poor’s), no ano de 2014, que entrevistou mais de 150 mil adultos de 144 países. Informou que o Brasil estava na 74ª posição, atrás de alguns dos países mais pobres do mundo como Madagascar, Togo e Zimbábue. E segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) sobre Endividamento e Inadimplência das Famílias Gaúchas no mês de Abril de 2010, mostrou que 66% dos entrevistados consideraram-se endividados, quando perguntados sobre dívidas ou contas em atraso o percentual passou para 36% e os que não tiveram condições de pagar foi de 7%. Entre os entrevistados, 69,6% afirmaram que possuíam dívidas que representavam uma parcela entre 11% a 50% da renda familiar. De acordo com os dados da pesquisa foi possível verificar que 2/3 dos inquiridos possuíam dívidas de um décimo a metade da renda do seu grupo familiar e que pouco mais de um 1/3 possuíam obrigações em atraso. Essas informações demonstram o despreparo da população em geral em lidar com suas finanças, representando um problema que acaba por consumir uma grande parcela da população brasileira. E a partir destas análises observamos que o endividamento financeiro pessoal está diretamente relacionado à falta de fundamentos financeiros, isto é, educação financeira. A partir desta constatação, podemos ter indivíduos com diferentes níveis de renda e da mesma forma estarem endividados. Ao entendermos todos os dados levantados verificamos que o Governo Brasileiro acertou ao incluir na grade curricular de ensino básico a disciplina educação financeira, haja vista que já fora comprovado em



vários países que esse assunto é muito relevante para a formação de um indivíduo. O grande desafio que vemos é o de preparar os profissionais de ensino para esta disciplina, pois irão levar a toda a população o conhecimento e vivência desta ciência, hoje tão importante e necessária para a qualidade de vida. E que todos os níveis de ensino tenham essa disciplina como obrigatória ou como um curso de extensão, uma vez que todos nós demonstramos executar algum tipo de controle e planejamento orçamentário.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira. Finanças. Ensino básico. Endividamento.